

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DURANTE A PANDEMIA:



Relatório de Atividades parceria Themis – Gênero Justiça e Direitos Humanos e União de Mulheres de São Paulo

Porto Alegre/São Paulo, dezembro de 2020.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DURANTE A PANDEMIA:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PARCERIA THEMIS – GÊNERO JUSTIÇA E DIREITOS HUMANO E UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO

Este relatório tem como objetivo descrever, através de dados, a parceria entre a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre/RS, e a União de Mulheres de São Paulo, durante o período da pandemia do novo coronavírus: de maio a outubro de 2020. Esta parceria teve o intuito de dar suporte às Promotoras Legais Populares – PLPs do estado de São Paulo, nas ações de enfrentamento à violência contra a mulher em seus territórios de atuação.

Foram organizados oito grupos de PLPs formadas pela União de Mulheres de São Paulo de diferentes regiões e cidades do estado de São Paulo, totalizando 75 PLPs envolvidas na ação. Destas, 67 receberam recargas de celular, totalizando ao final da ação 179 recargas. Além das recargas, foram realizadas reuniões quinzenais com as representantes de cada grupo de PLPs, da Themis e da União de Mulheres; elaborados instrumentos de coleta de dados dos atendimentos e das atividades desenvolvidas pelos grupos participantes e; entrevistas por telefone e WhatsApp com as PLPs participantes para coleta de informações sobre situação socioeconômica, social, perfil e questões de saúde e composição familiar. Ao final também foi distribuído questionário online de avaliação da parceria.

O material apresentado e analisado a seguir é composto por:

- Banco de dados com informação de 70 das 75 PLPs que participaram desta parceria;
- Banco de dados com 41 questionários de avaliação sobre a parceria, respondida pelas PLPs que participaram das ações;
- Banco de dados com fichas de 13 mulheres atendidas pelas PLPs por situação de violência
- Relatórios de quatro dos oito grupos de São Paulo que participaram da parceria;
- Relatório de cinco reuniões virtuais de equipe realizadas entre a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e as coordenadoras dos grupos de São Paulo;
- Relatórios de Oficina de Escrita e Linguagem não sexista, realizada por membros da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos com as PLPs.

INFORMAÇÕES SOBRE AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES – SP

Nesta parceria entre a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre/RS, e a União de Mulheres de São Paulo, participaram 75 Promotoras Legais Populares - PLPs. Destas, 70 foram registradas em uma planilha, contendo informações sobre elas e seus atendimentos.

Nesta parceria estava previsto recarga de celulares para que elas pudessem prestar atendimentos para as mulheres em situação de violência no período da pandemia, em que era necessário fazer distanciamento social. Portanto, encontros e atendimentos presenciais foram evitados, e passaram a ser utilizadas plataformas virtuais para as reuniões, e aplicativo de mensagens (whatsapp) para atendimentos.

Das 70 Promotoras Legais Populares - PLPs registradas, 67 receberam pelo menos uma recarga de celular. Três PLPs não receberam recarga em nenhum dos cinco meses.

RECARGAS DE CELULAR REALIZADAS POR MÊS

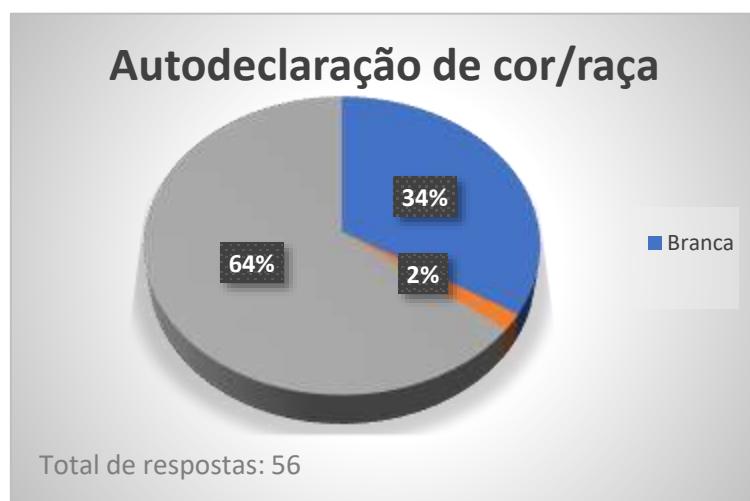
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
Número de recargas de celular realizadas por mês	5	53	60	0	61	179

Total de respostas: 70

Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

I. COR/RAÇA¹

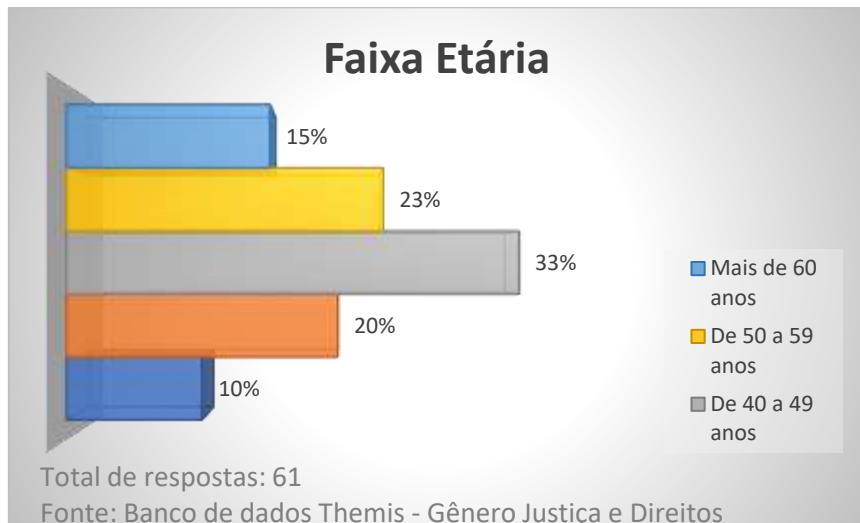
Das 56 Promotoras Legais Populares – PLPs que forneceram esta informação, a maior parte (64%) se considera negra (incluindo preta ou parda). As que se autodeclararam brancas representam 34% delas. Apenas uma se autodeclara indígena, o que representa 2% do total.



¹ Para as informações apresentadas neste relatório, compreende-se como “negras” todas as mulheres que se autodeclararam “pretas”, “pardas” ou “negras”.

II. FAIXA ETÁRIA

A maior faixa etária de concentração das PLPs que prestaram esta informação é de 40 a 49 anos. Mais da metade (56%) estão entre 40 e 59 anos. A menor faixa é a das mais jovens (de 20 a 29 anos).



III. RENDA

53 Promotoras Legais Populares informaram sua renda familiar. Destas, a maior parte (28,3%) se concentra na faixa salarial que vai de um até dois salários mínimos (inclusive). Vale destacar que 15,1% destas mulheres declararam não possuir renda.

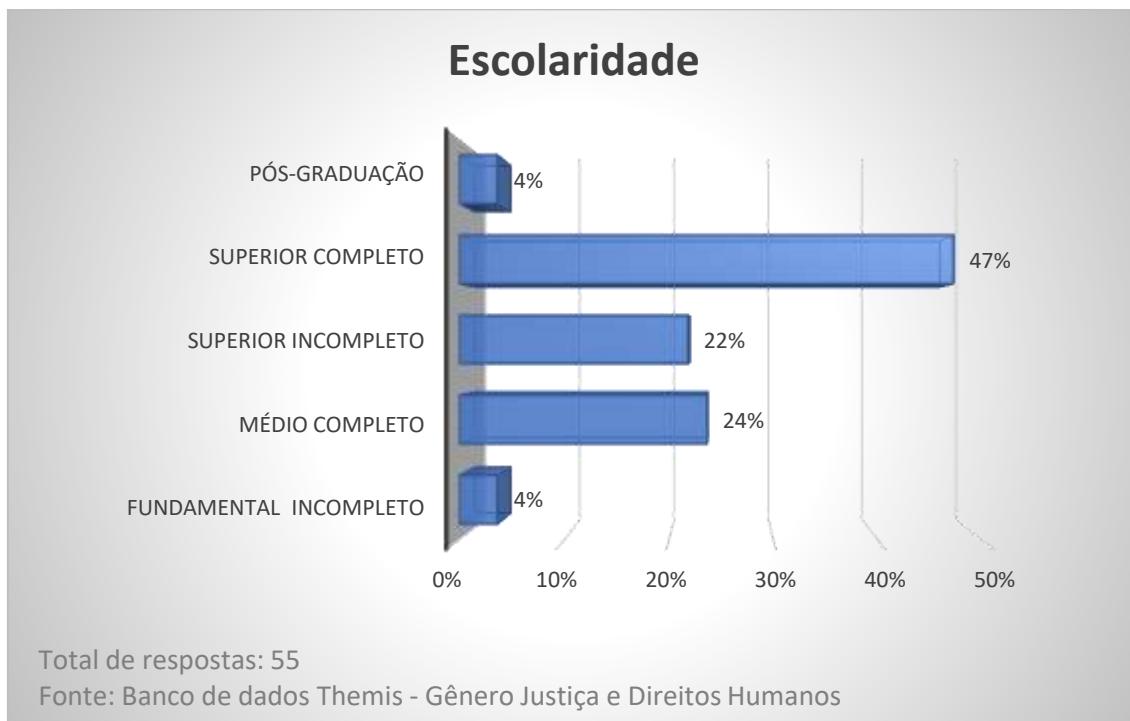
Somando as três primeiras faixas de renda (“Sem renda”, “Até 1 s.m.” e “Até 2 s.m.”), tem-se que mais da metade (52,8%) das PLPs que declaram receber até dois salários mínimos.

50% das mulheres que prestaram esta informação, declararam que solicitaram o benefício financeiro de renda básica emergencial (auxílio emergencial) do Governo Federal, para amparar os/as trabalhadores/as durante a pandemia do novo coronavírus para reposição da renda de trabalho. O auxílio emergencial é um direito destinado a trabalhadores/as informais, microempreendedores/as individuais (MEI), autônomos/as e desempregados/as que estivessem dentro de alguns critérios, entre eles a renda familiar de até 3 salários mínimos. Quase 70% das PLPs se encontram dentro desta faixa de renda. No entanto, metade delas solicitaram este benefício financeiro ao Governo Federal.



IV. ESCOLARIDADE

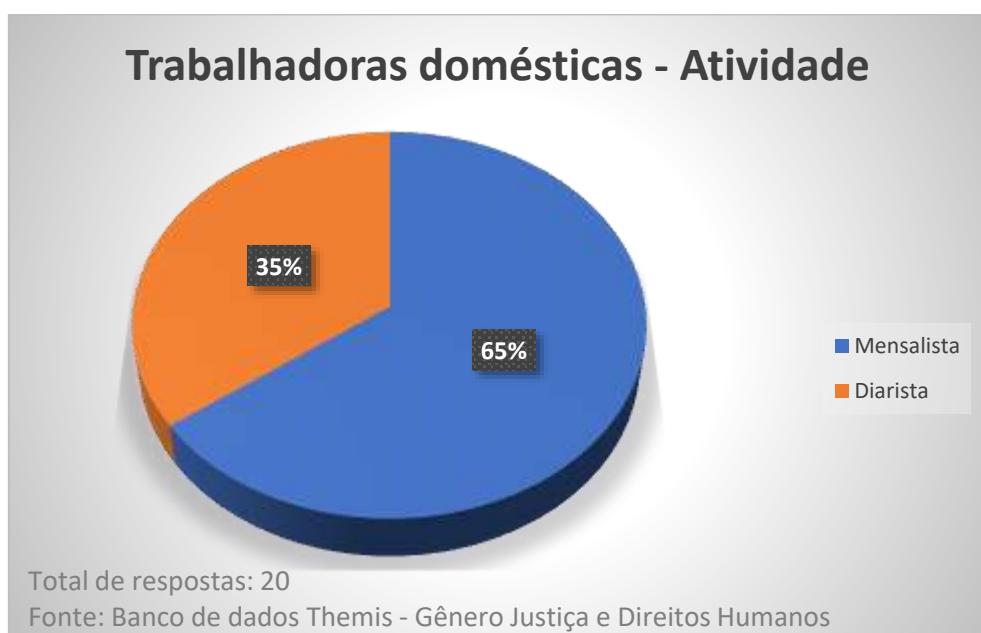
Das 55 Promotoras Legais Populares que responderam sobre sua escolaridade, mais de 70% estão ou já estiveram inseridas no ensino superior, o que demonstra que essas mulheres possuem uma alta escolaridade.



V. TRABALHO

Do total de PLPs que forneceram esta informação (n=56), 20 declararam ser trabalhadoras domésticas (diaristas ou mensalistas), o que representa 29%.

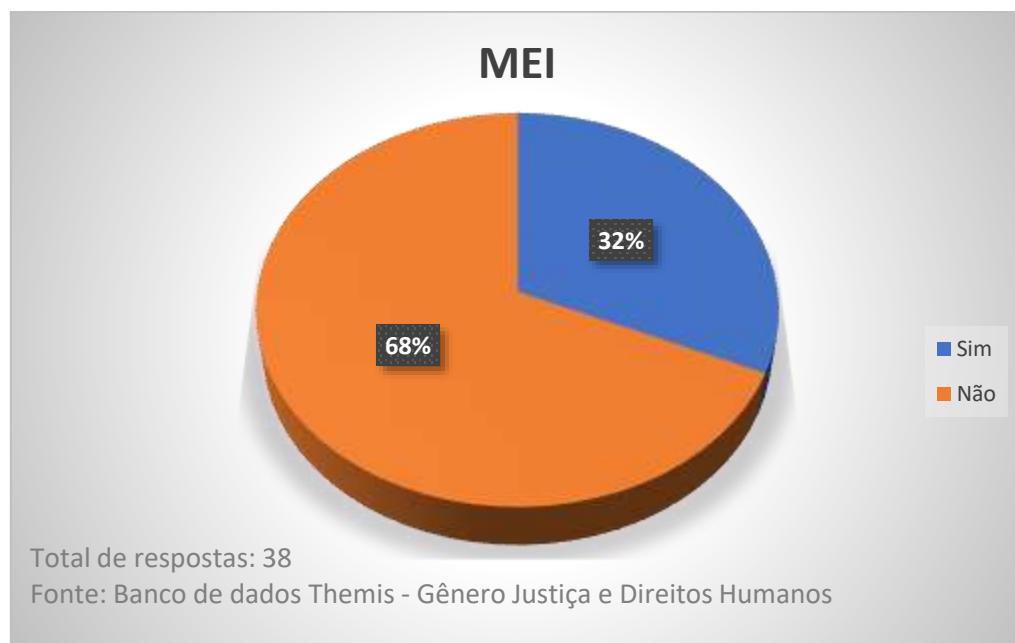
Dentre as trabalhadoras domésticas, a maior parte (65%) é mensalista.



Do total de Promotoras Legais Populares que forneceram esta informação, apenas 26% trabalham com formalmente com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.



No entanto, não é possível afirmar que as demais (74%) são trabalhadoras informais, pois dentre as que não possuem carteira assinada, 32% possuem Micro Empresa Individual – MEI.

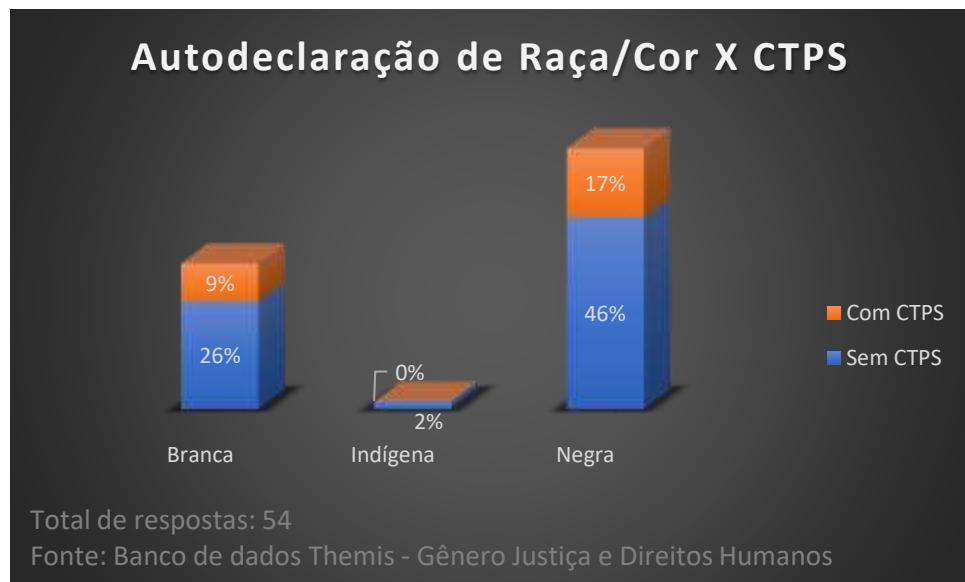


VI. TRABALHO E CRUZAMENTOS

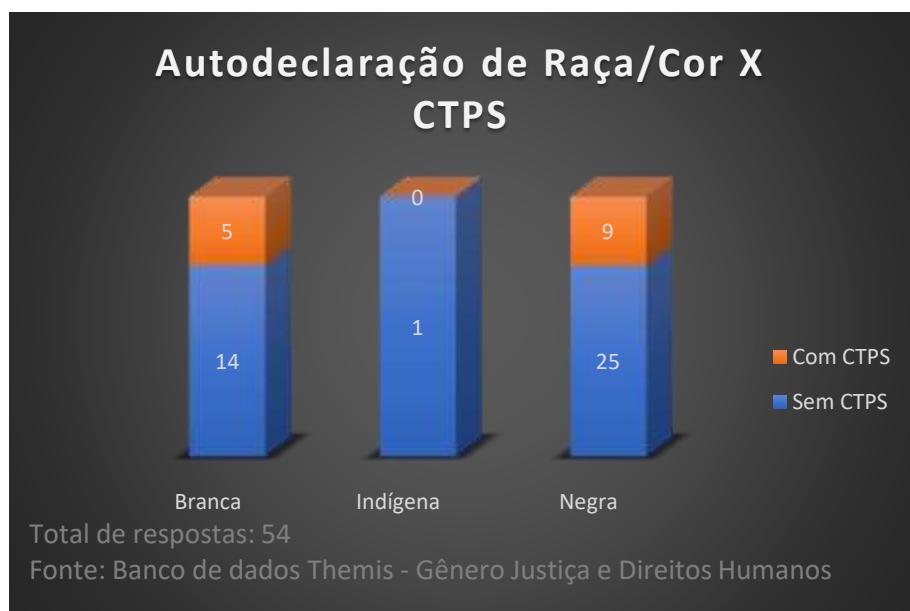
Em relação à formalização do trabalho através do registro em CTPS e a autodeclaração de cor e/ou raça², o cruzamento destes dados demonstra que, deste grupo, a concentração ocorre nas

² Para as informações apresentadas neste relatório, compreende-se como “negras” todas as mulheres que se autodeclararam “pretas”, “pardas” ou “negras”.

mulheres negras e sem registro na carteira de trabalho (46%), seguido de mulheres brancas sem registro em CTPS (26%).



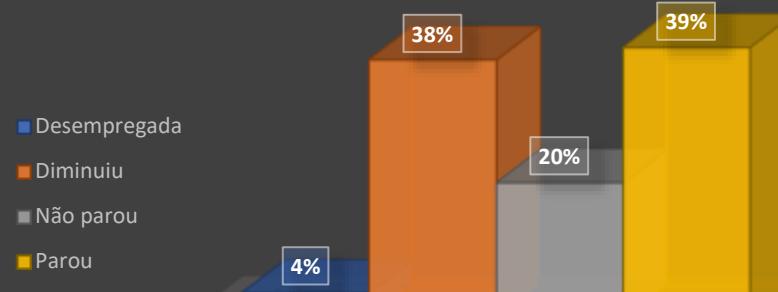
O gráfico a seguir traz a mesma realidade, através de outra representação, que mostra a divisão entre quem tem CTPS e quem não tem, dentro de cada categoria de cor/raça.



VII. TRABALHO E A PANDEMIA

Foi questionado às PLPs como ficou sua rotina de trabalho durante o período da pandemia do novo coronavírus. Um número expressivo de mulheres declarou que parou de trabalhar (39%), seguido de quem falou que o trabalho diminuiu (38%). Apenas 20% declarou não ter parado, enquanto 4% informou estar desempregada no momento. Isto significa que para 77% das PLPs a pandemia teve influência em sua rotina de trabalho, o que pode também ter impactado em suas rendas.

TRABALHO DURANTE A PANDEMIA

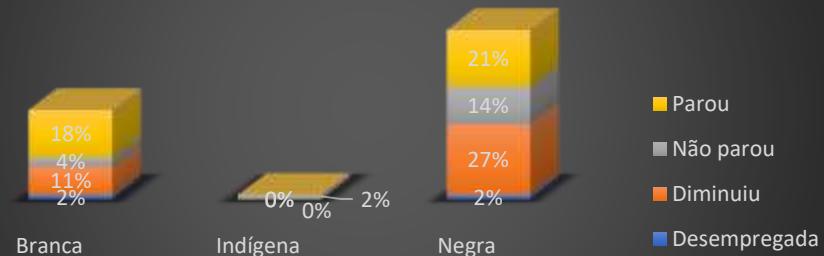


Total de respostas: 56

Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

Em relação a este impacto na rotina de trabalho e o cruzamento com as informações sobre a autodeclaração de cor/raça, o grupo numericamente maior é o de mulheres negras que tiveram seu trabalho reduzido (27%), seguido de mulheres negras que pararam de trabalhar (21%) e mulheres brancas que pararam de trabalhar (18%). Importante ressaltar que a maior parte das mulheres que não parou de trabalhar são as mulheres negras (14%).

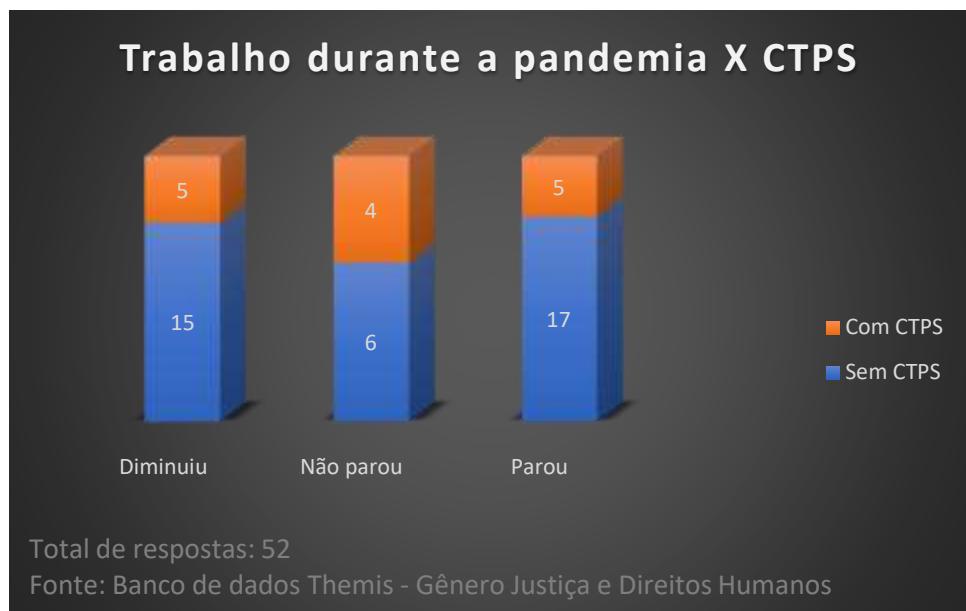
Autodeclaração de Cor/Raça X Trabalho durante a pandemia



Total de respostas: 56

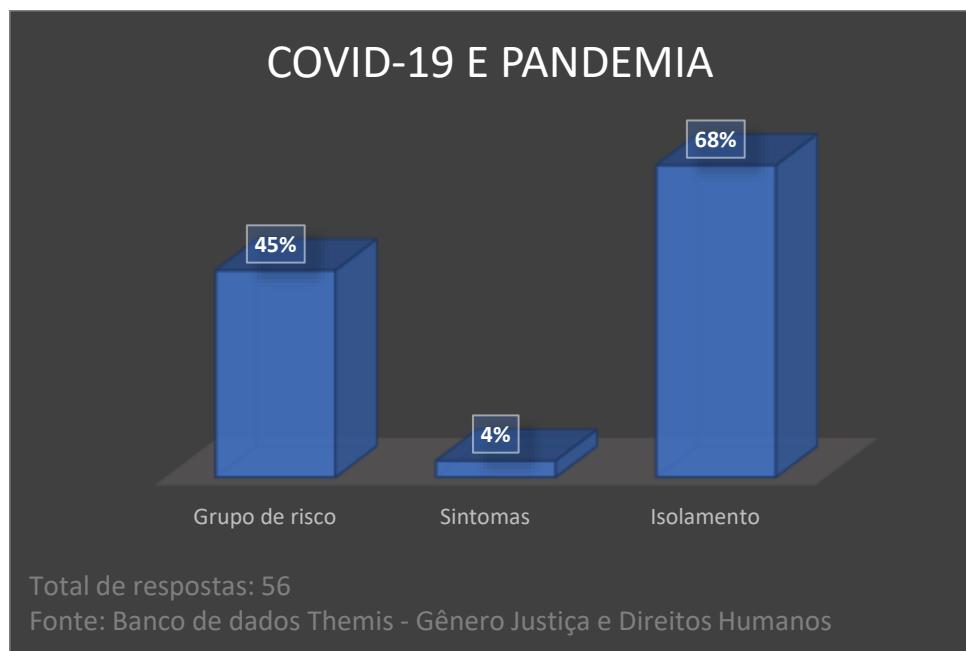
Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

Ao observar os dados sobre os impactos da pandemia na rotina de trabalho e a formalização deste através do registro em Carteira de Trabalho, percebe-se que a maior concentração de mulheres está no grupo que não possui registro e que parou de trabalhar. Este grupo que possivelmente teve o maior impacto na renda. Entre as pessoas que pararam de trabalhar há o maior desequilíbrio entre quem tem e quem não tem CTPS, pois há uma quantidade bem menos expressiva que também parou de trabalhar e possui registro. Dentre as pessoas que seguiram trabalhando (sem parar ou diminuir), mesmo a maior parte sendo sem registro em carteira, há um maior equilíbrio entre os que possuem CTPS e os que não possuem.



VIII. COVID-19 E PANDEMIA

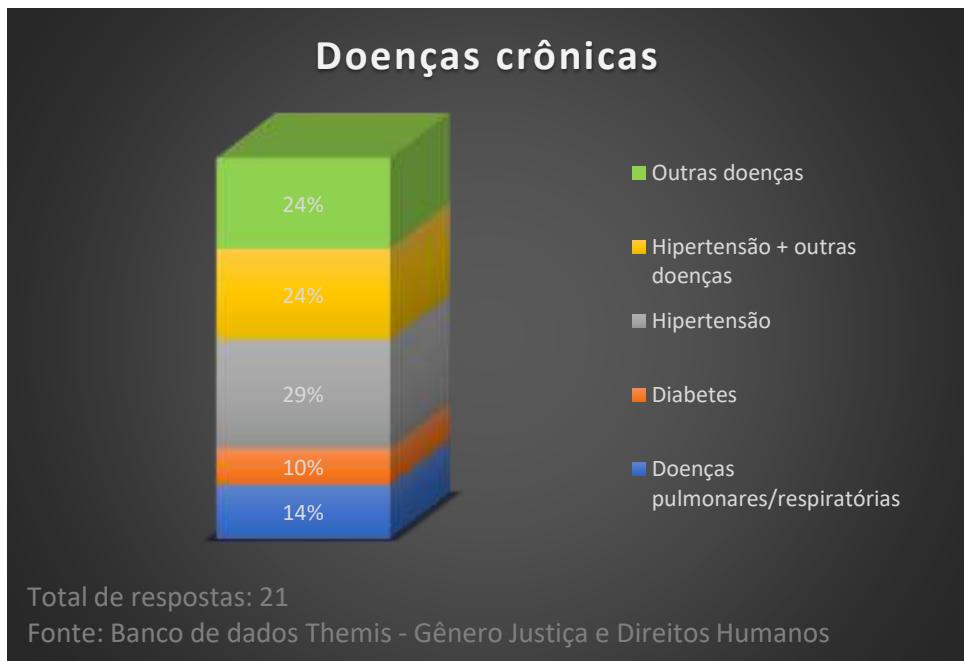
O gráfico a seguir mostra que no grupo de 56 Promotoras Legais Populares que responderam sobre estas questões, 45% é grupo de risco, apenas 4% apresentaram sintomas relacionados ao Covid-19 e quase 70% delas estão em isolamento.



Obs: Estes dados são independentes, por isso o total não contabiliza 100%.

IX - SAÚDE

Dentre as PLPs que responderam ($n=21$), 38% delas declararam possuir algum tipo de doença crônica. A doença crônica mais mencionada foi hipertensão, pois mais da metade (53%) relata possuir.



16% (9 mulheres) do total de PLPs que prestaram esta informação (n=56) declararam possuir algum tipo de sofrimento psíquico, sendo ansiedade o mais citado (6 mulheres), seguido de depressão (2) e bipolaridade (1).

Das nove mulheres que relatam possuir algum tipo de sofrimento psíquico, quatro (as que relatam possuir ansiedade) informam não tomar nenhum tipo de medicação. Além disso, deste grupo de nove mulheres, cinco delas possuem também outras doenças crônicas.

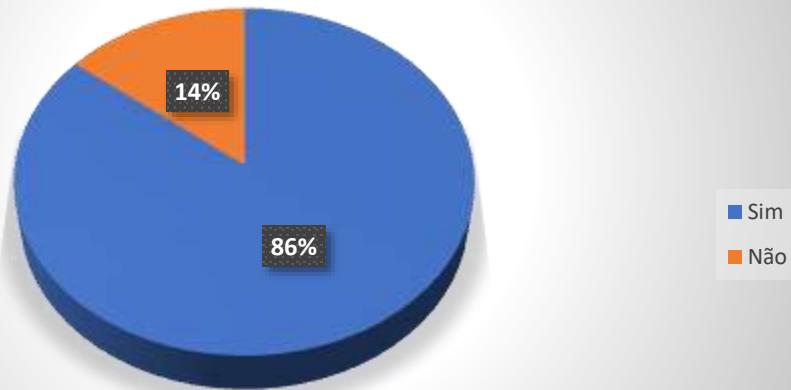
No total, 45% (25) das mulheres relatam algum tipo de alteração em sua saúde, seja por doença crônica ou sofrimento psíquico.

Dentre as mulheres que prestaram informações (n=56), 27% (15) delas declaram tomar algum tipo de medicação (seja para doenças crônicas ou para sofrimentos psíquicos). Isso significa que 18% das mulheres não tomam medicação, mesmo relatando algum problema de saúde.

X - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Dentre as Promotoras Legais Populares que responderam esta questão (n=56), **34%** delas (19) declararam que estão ou já estiveram em situação de violência doméstica. Destas, **86%** registraram Boletim de Ocorrência por esta situação.

Registro de Boletim de Ocorrência por violência doméstica - PLPs

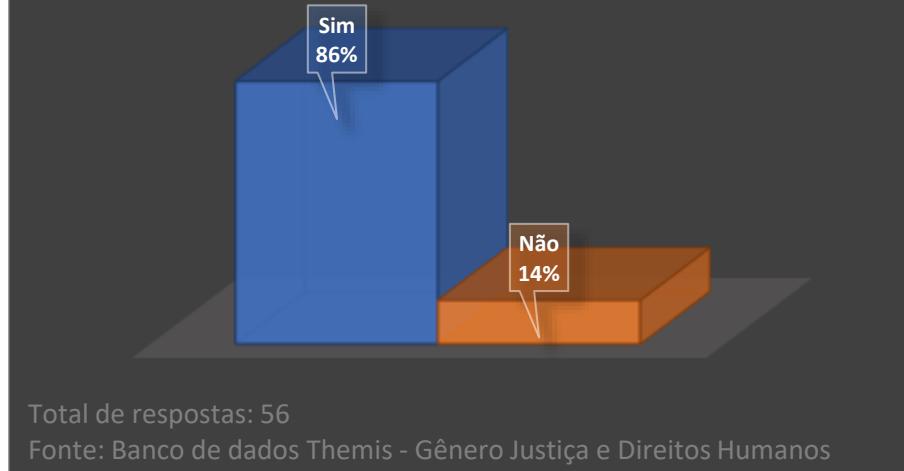


Total de respostas: 19

Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

Foi questionado também se as PLPs conhecem mulheres em situação de violência doméstica. Ainda que um terço das Promotoras já tenham vivenciado isso, a realidade para outras mulheres é ainda mais expressiva, pois **86%** delas relatou **conhecer alguma mulher em situação de violência doméstica**.

CONHECE ALGUMA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?



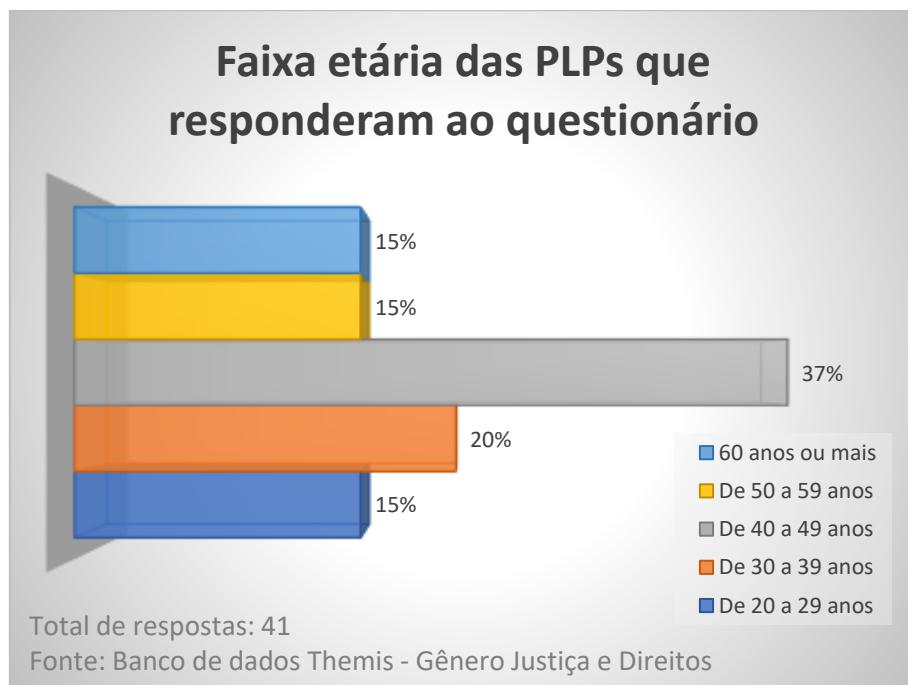
PROMOTORAS LEGAIS POPULARES: SUAS AÇÕES e ATENDIMENTOS

Os dados fornecidos a seguir são provenientes de um banco de dados, preenchido por 41 das 75 Promotoras Legais Populares de São Paulo que participaram da parceria com a Themis. Estas informações compõem uma amostra da avaliação das PLPs que participaram do projeto, portanto, não se referem à totalidade demonstrada anteriormente.

A seguir, serão apresentados dados que servem para trazer informações desta amostra. Estas informações são importantes tanto para apresentar e exemplificar o trabalho realizado pelas PLPs como para mostrar o esforço em iniciar um processo de sistematização dos atendimentos.

I. FAIXA ETÁRIA

O desenho do gráfico com as PLPs que responderam ao questionário sobre sua idade se assemelha com o gráfico que representa a faixa etária da planilha geral (da página 3). No entanto, percebe-se uma pequena diferença na faixa etária mais jovem (de 20 a 29 anos), que o percentual é **maior** entre as PLPs que responderam ao questionário, e um percentual **menor** de respostas na faixa de idade entre 50 e 59 anos. Isso pode indicar que as PLPs mais jovens forneceram mais respostas ao questionário e que pode estar relacionado ao maior conhecimento e acesso a ferramentas digitais necessárias para o preenchimento.



II. RECARGAS DE CELULAR

Das 41 Promotoras Legais Populares que responderam ao questionário, 80% delas (33) afirmaram que receberam recarga de celular, enquanto o restante não recebeu (total de 8 mulheres). Algumas das que não receberam a recarga possuem linha de celular pós-paga (conta), em que a recarga não é efetivada do mesmo modo que as linhas pré-pagas.

Número de recargas de celular recebidas	Número de PLPs
Não recebeu recarga	8
Recebeu uma recarga	8
Recebeu duas recargas	14
Recebeu três recargas	7
Não soube responder	4
TOTAL	41

Das oito PLPs que afirmaram não ter recebido recarga de celular, cinco delas não fizeram nenhum atendimento a mulheres em situação de violência. Três PLPs que relataram não ter recebido, realizaram atendimentos mesmo sem receber as recargas.

III. MULHERES ATENDIDAS PELAS PLPs

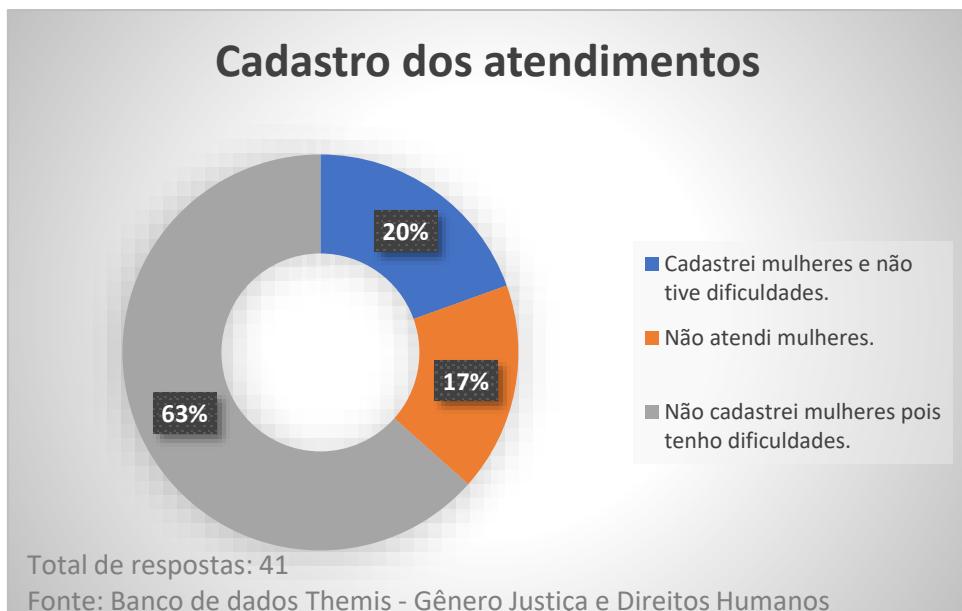
40 Promotoras Legais Populares informaram o número de mulheres atendidas em situação de violência doméstica. A maior parte atendeu até 15 mulheres. É importante destacar que algumas PLPs informaram terem atendido números bastante elevados, como 70, 130 e 230 mulheres. Há também PLPs que não contabilizaram seus atendimentos (9) e que não fizeram atendimentos (7).

Núm mulheres atendidas	Quantid. respostas
Nenhuma (não fez atendimento)	7
Até 5 mulheres	10
De 5 até 10 mulheres	6
De 10 a 15 mulheres	4
De 15 até 100 mulheres	2
De 100 a 230 mulheres	2
Atendimentos não contabilizados	9
TOTAL	40

Das sete PLPS que não fizeram nenhum atendimento, cinco delas não receberam recarga de celular. Há duas mulheres que receberam recarga (uma e duas vezes), mas que não fizeram nenhum atendimento.

IV. CADASTRO DOS ATENDIMENTOS

As Promotoras Legais Populares foram incentivadas pela Themis, através deste questionário, a registrar os atendimentos realizados. Como foi percebido pelo número de atendimentos mencionados anteriormente, a maior parte das PLPs não realizaram este registro. 63% delas informaram que possuem dificuldades em realizar o registro através de um cadastramento. Apenas 20% delas informaram que não tiveram dificuldades em realizar o cadastro dos atendimentos.



V. PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À PANDEMIA E AOS CASOS ATENDIDOS

Foram fornecidas cinco frases para que as Promotoras Legais Populares respondessem qual ou quais foram suas percepções sobre a pandemia e os casos atendidos³. O total de 41 PLPs responderam sobre suas percepções, a partir das cinco afirmações a seguir:

- “A **pandemia** agravou a violência contra as mulheres.”
- “A precarização das condições **econômicas** agravou a violência contra as mulheres.”
- “A precarização dos serviços de **atendimento** às mulheres agravou a violência contra as mulheres.”
- “A precarização dos serviços de **saúde** agravou a violência contra as mulheres.”
- “As mulheres têm mais dificuldade de **denunciar**.”

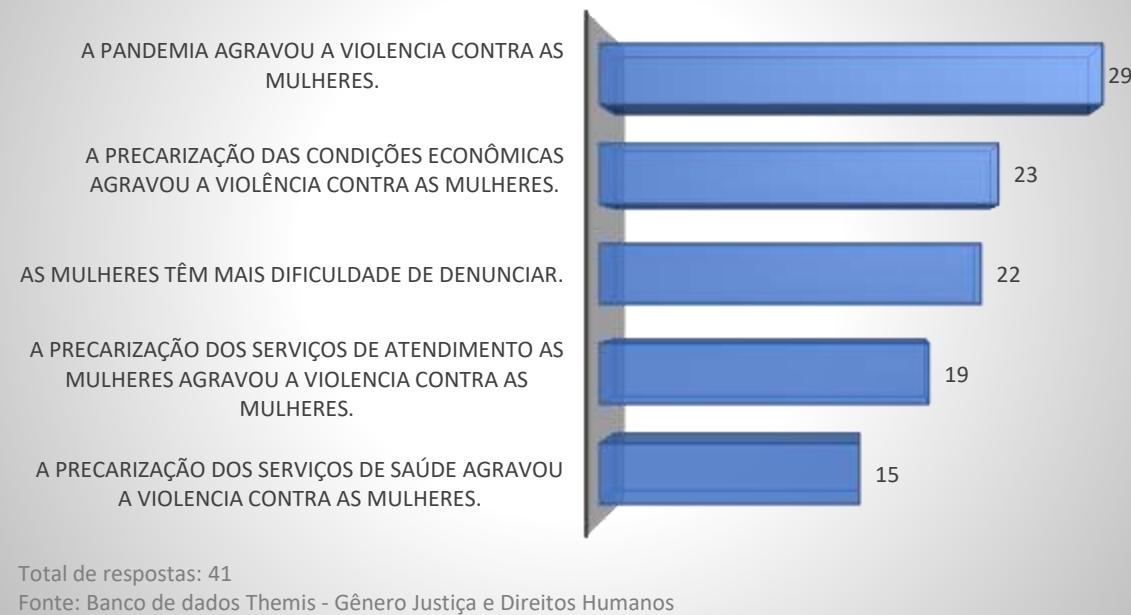
Além dessas cinco afirmações, há mulheres que trouxeram outras frases que refletem sua percepção em relação à pandemia e aos casos atendidos, escritas no campo em aberto de repostas. As afirmações foram:

- “As políticas públicas de maquiagem dos atuais governos dão uma falsa sensação que os serviços estão funcionando e não estão.”
- “O consumo de álcool e drogas.”
- “A peregrinação na hora do parto/pré-natal prejudicado.”
- “Difícil responder essa questão, violência doméstica sempre existiu.”
- “O isolamento deixou as mulheres acuadas em comunicar as ou a violência vivida.”

Duas das 41 mulheres não responderam, justificando o fato de não terem realizado atendimentos.

³ Esta pergunta era de múltipla escolha, de forma que cada PLPs que respondeu poderia assinalar mais de uma afirmação que considerasse adequada de acordo com sua percepção.

Percepção em relação à pandemia e aos casos atendidos



A percepção de que a pandemia agravou a situação de violência contra as mulheres e que estas possuem mais dificuldades para denunciar as agressões sofridas condiz com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que afirmam que houve uma diminuição de denúncias formais (registros de violência doméstica) em relação ao mesmo período do ano anterior. Em contraponto, houve um aumento de feminicídios durante a pandemia do novo coronavírus⁴.

Isto significa que os efeitos do isolamento e distanciamento social tiveram como consequência a diminuição no número de registros de violência doméstica, mas não que reduziu os índices de violência, tendo em vista que as violências letais contra as mulheres aumentaram. Isso evidencia, portanto, que as mulheres e situação de violência encontram-se com dificuldade nos canais de denúncia, e no acesso à rede de proteção.

VI. ENCAMINHAMENTOS

Como mencionado, a maior parte dos atendimentos não foram registrados. No entanto, os encaminhamentos informados pelas PLPs no questionário, foram categorizados pelo tipo de serviço ou orientação instruída. Na maior parte dos atendimentos houve encaminhamento para mais de um lugar. As maiores demandas foram para serviços de saúde, seguido de serviços de assistência social.

⁴ Ver informações: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>

Encaminhamentos



■ Serviços de saúde (Hospitais, CAPs, atendimento psicológico, grupos de apoio na saúde)

■ Serviços de assistência social

■ Orientações sobre serviços da rede

■ Segurança pública (BM, IGP, Polícia, Delegacia)

■ Orientações sobre auxílio emergencial

■ Sistemas de Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Assistência Judiciária Comunitária, Rede de Advogadas, Advocacia Geral da União)

■ Conselho Tutelar

■ Outros (Centros especializados, Acompanhamento de PLP; Farmácia popular)

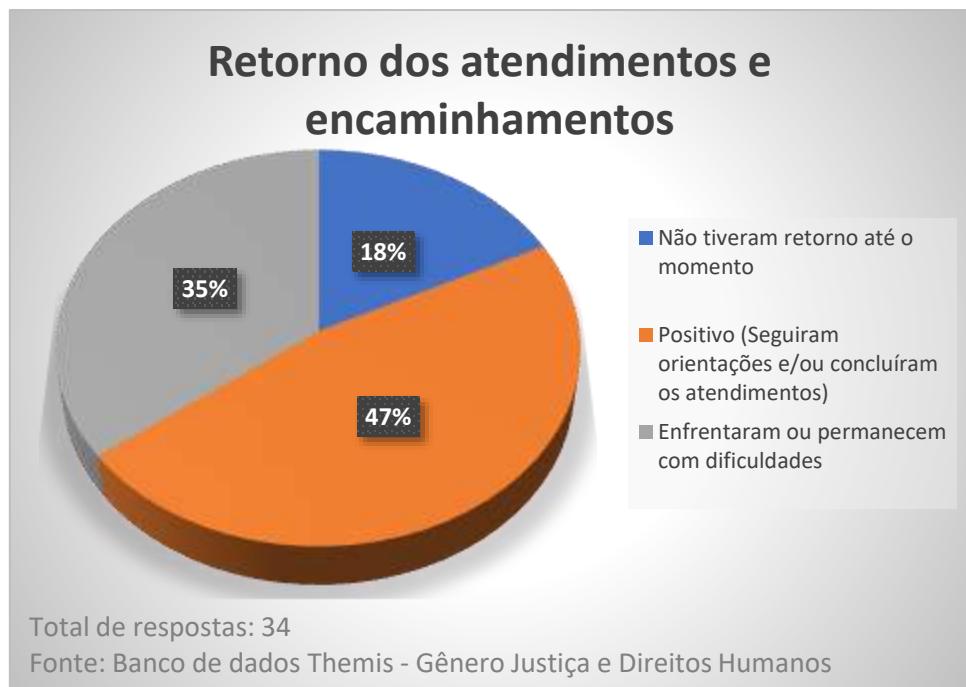
Total de respostas: 37

Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

Em relação ao retorno que as PLPs tiveram sobre os atendimentos e encaminhamentos dados às mulheres em situação de violência, 30 PLPs responderam a esta informação. As repostas foram recategorizadas, de forma que uma mesma resposta possa estar em mais de uma categoria. Somou-se 34 respostas dadas por 30 pessoas.

Quase metade dos retornos foram positivos, o que significa que as mulheres atendidas se sentiram satisfeitas com o atendimento da PLP que a acolheu, que seguiram as orientações e/ou foram em busca dos serviços e concluíram seus atendimentos.

No entanto, uma parcela significativa (35%) destas mulheres enfrentou dificuldades para seguir no encaminhamento dado, ou mesmo permanecem enfrentando dificuldades com a situação de violência doméstica vivida.



Ao analisar qualitativamente as respostas, destacam-se a seguir, alguns relatos das PLPs referente à resposta dos atendimentos e encaminhamentos realizados.

Relatos POSITIVOS do retorno dos atendimentos e encaminhamentos realizados pelas PLPs:

"Retorno para agradecimento da acolhida e orientação, dizendo que foi muito importante a ajuda."

"Muitas viram o que pode ser feito no âmbito de violência e o que fazer quando está acontecendo a violência ou já aconteceu, que órgãos podem procurar para pedir ajuda e atendimento, a quem recorrer, e o que devem fazer. A denúncia é importante para que possamos cessar com essas violências e [dizer] que elas não estão sozinhas e que elas podem recomeçar a valorizar sua autoestima, se socializar e se profissionalizar."

Relatos de DIFICULDADES das mulheres em situação de violência atendidas e encaminhadas pelas PLPs:

"Muitas reclamações do atendimento da DDM, também reclamação da falta de vaga no atendimento do Centro de Referência por estar em horário reduzido por conta da pandemia. Medo e muita insegurança por não saber a quem recorrer."

"Percebi que as mulheres sentem vergonha de estar passando por estado de violência e não querem se expor e nem fazerem as denúncias formais."

"Muitas não conseguiram ser atendidas pelos meios institucionais."

"Foram bem demorados: o cadastro do auxílio emergencial okay, agora serviço da delegacia ou CRAS foi complicado."

"Infelizmente existe um processo a ser desconstruído. Medo e não se enxergar nessa relação."

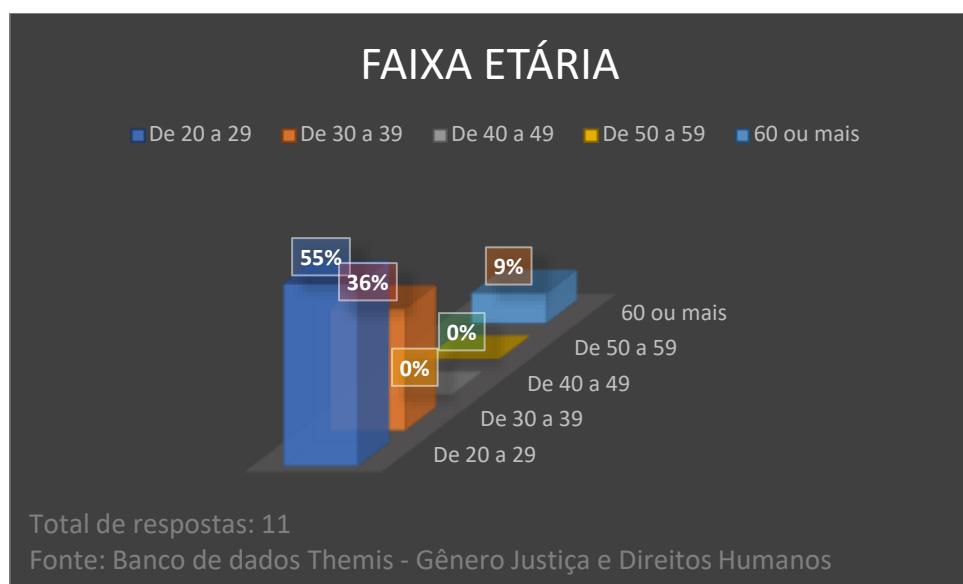
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA PANDEMIA

As informações a seguir referem-se a uma amostra das mulheres em situação de violência atendidas pelas Promotoras Legais Populares. Algumas PLPs preencheram uma ficha de atendimento acerca dos casos recebidos e seus encaminhamentos. Estes registros são referentes a 13 mulheres que passaram por situação de violência doméstica, violência política, entre outras.

Como mencionado anteriormente, não há a totalidade das mulheres atendidas pelas PLPs, mas apresenta o empenho inicial em construir uma organização para registro e sistematização de dados. A ficha de atendimento foi apresentada pela Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, na reunião virtual realizada em 13 de julho e, partir desta data, as PLPs iniciaram esforço de registrar e alimentar a planilha, trazendo dúvidas e questionamentos nas reuniões seguintes, além da solicitação de oficina específica para ensinar como usar essa ferramenta, realizada em 10 de setembro.

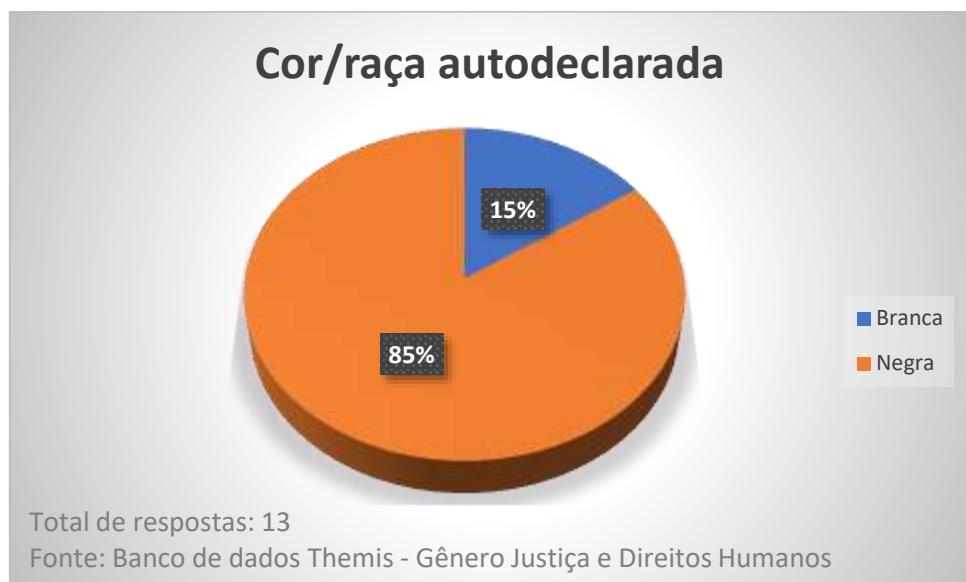
I. FAIXA ETÁRIA

Das 13 mulheres em situação de violência atendidas pelas PLPs no período de junho a outubro de 2020, tem-se a informação de 11. Mais da metade delas (seis mulheres) se encontra na faixa etária mais jovem, dos 20 aos 29 anos, seguida da faixa seguinte: de 30 a 39 anos (quatro mulheres). Há apenas uma mulher com mais de 60 anos, não tendo sido registrado atendimentos com mulheres na faixa etária intermediária, nem com menores de 20 anos.



II. COR/RAÇA⁵

Em relação à cor e/ou raça autodeclarada pela mulher em situação de violência, 85% delas (11 mulheres) se considera negra (preta ou parda) e duas, brancas.



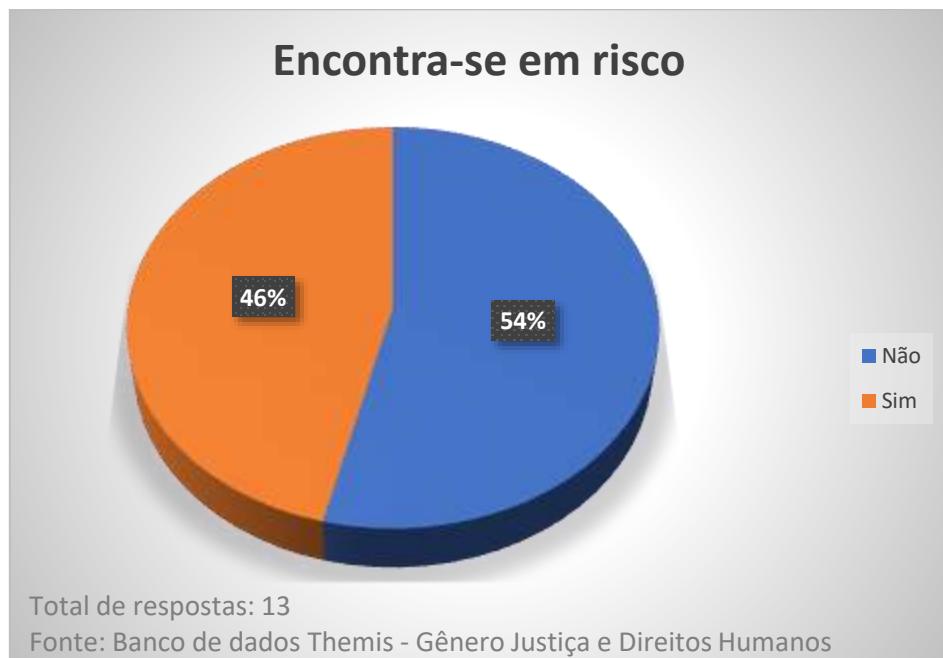
III. ATENDIMENTOS E VIOLÊNCIA

Em relação aos atendimentos das 13 mulheres em situação de violência atendidas, foi realizado uma categorização do enquadramento legal do caso. A maior parte (dez) são de casos de violência doméstica e familiar, e os demais dividem-se igualmente nas categorias de: violência digital e de gênero, negligência pública e interrupção voluntária da gestação (um caso de cada).



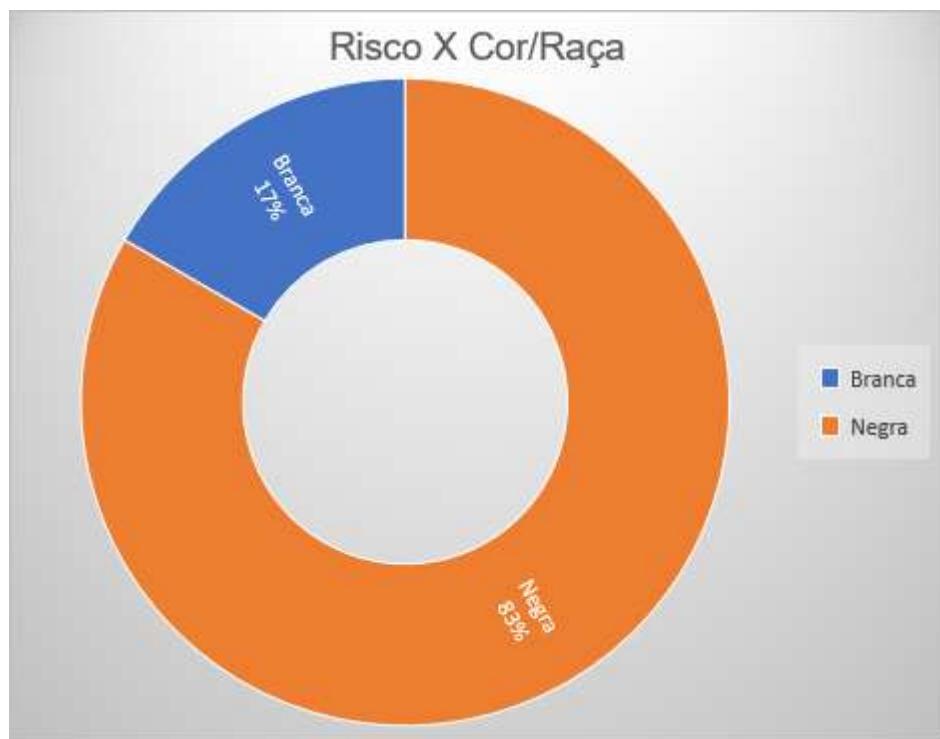
⁵ Para as informações apresentadas neste relatório, compreende-se como “negras” todas as mulheres que se autodeclararam “pretas”, “pardas” ou “negras”.

Das 13 mulheres que prestaram informações no cadastro, seis delas informam que se encontram em situação de risco, o que representa quase a metade (46%) do total, enquanto sete informam não estarem em risco.



Do total de mulheres que se encontram em risco (seis), a maior parte delas (cinco mulheres) se autodeclararam negras⁶.

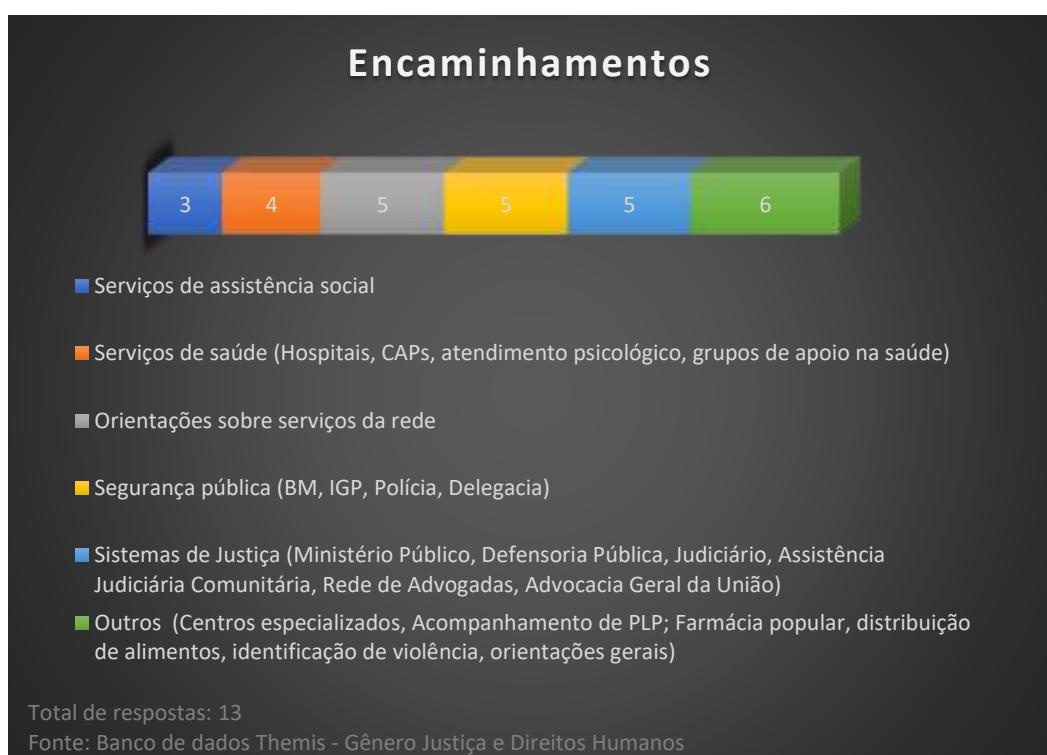
⁶ Para as informações apresentadas neste relatório, compreende-se como “negras” todas as mulheres que se autodeclararam “pretas”, “pardas” ou “negras”.



Total de respostas: 6

Fonte: Banco de dados Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos

Os encaminhamentos e orientações fornecidas pelas Promotoras Legais Populares às mulheres em situação de violência foram categorizadas, de modo a espelhar as categorias informados pelas PLPs no questionário preenchido (página 16 deste relatório). Foram categorizados pelo tipo de serviço ou orientação instruída. Na maior parte dos atendimentos os encaminhamentos foram realizados conjuntamente a outros. Inversamente ao outro gráfico mencionado, em que serviços de saúde e de assistência social lideravam os encaminhamentos, nesta amostra menor, estes foram menos citados.



AVALIAÇÃO GERAL DA PARCERIA THEMIS – PLPs/SP

O projeto de parceria da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos com União de Mulheres de São Paulo reuniu 75 Promotoras Legais Populares - PLPs para atendimento de mulheres em situação de violência nos meses de junho a outubro de 2020, durante a pandemia do novo coronavírus. As PLPs que participaram deste projeto fizeram uma avaliação, através de um questionário, na qual 41 delas responderam, e de relatórios, respondido por integrantes dos oito grupos formados. Como mencionado, houve um esforço em sistematizar dados, informações e ações realizadas nesse período.

I. DIFICULDADES e DÚVIDAS RELATADAS

Houve dificuldades e dúvidas no processo de atendimento, cadastramento e encaminhamento às mulheres em situação de violência. Algumas dessas, referem-se a questões institucionais, outras de ordem emocionais e subjetivas, e outras ainda na relação ao acesso a formas de tecnologia e estrutura.

A seguir, a listagem categorizada e sistematizada dos relatos de dificuldades encontradas:

- Rede de serviços: funcionamento deficitário ou limitado da rede de serviços públicos locais (cidade/região);
- Apoio institucional: ausência de recursos e apoio institucional para realizar as ações;
- Emocional: comprometimento emocional da equipe (quando encaminhamentos não surtiam efeito);
- Estrutura/Equipamentos: falta de conhecimento de dispositivos tecnológicos, acesso à internet de qualidade;
- Tecnologia: desafio com alfabetização digital, desconhecimento de ferramentas digitais e metodologia virtual, perda de contato em função da falta de acesso à tecnologia ou equipamentos, baixa adesão nas reuniões pela dificuldade de criar vínculo por meios virtuais;
- Curso: inviabilidade da realização presencial do curso de formação das Promotoras Legais Populares, que dificultou as articulações;
- Recursos: sem recursos para atender situações de vulnerabilidade extrema (como alimentação básica);
- Comunicação/informação: desencontro de informações, especialmente sobre as recargas de celulares, também com a comunicação digital e desinformação sobre a situação do Covid-19;
- Sistematização: dúvidas em relação ao preenchimento dos formulários e desafio na organização.

Relatos de dúvidas e dificuldades encontradas pelas PLPs:

Eu não sei o link das devolutiva no cadastro online, não lembro de ser orientada.

Guarulhos é precário nos serviços sendo um desafio trabalhar, em março atendi uma mulher que a filha de 14 anos havia sido estuprada e não tinha sido encaminhada para acompanhamento psicossocial da rede, só tinha feito o primeiro atendimento no Pérola Bygiton.

Mulheres que sofrem violência e não se deram conta que era violência, sendo encaminhada para os serviços que trabalham na morosidade, não tendo estrutura adequada para trabalhar.

II. NOVAS PRÁTICAS E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

De acordo com o relato de dúvidas e dificuldades encontradas pelas PLPs a partir de seus atendimentos, também foi mencionado o que foi realizado na busca de soluções e novas práticas diante das situações:

- Realização de encontros virtuais que substituiu os presenciais;
- Aumento dos registros das ações e rotinas de trabalho;
- Mobilização e auxílio para quem tinha mais dificuldade com tecnologia e oportunidade para introdução da alfabetização digital;
- Efetivação de novas parcerias para dar conta de demandas recebidas (como para encaminhar cestas básicas);
- Ampliação da rede de contatos: encontros com Rede Municipal de Enfrentamento a Violência contra Mulheres; Themis, vaquinha online, ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recurso), outras cidades.
- Criação de grupo para comunicação, como whatsapp e reporte de dúvidas e problemas nas reuniões mensais.

III. IMPACTOS DA PANDEMIA

Em relação à percepção na forma com que a pandemia do novo coronavírus impactou a vida das mulheres em situação de violência, a partir dos atendimentos realizados, as PLPs relatam:

- Dificuldade no atendimento a mulheres em situação de violência;
- Piora no atendimento dos serviços públicos e insuficiência de políticas públicas para atender essas situações;
- Empobrecimento das mulheres;

- Percepção de aumento da violência e da vulnerabilidade, tendo em vista que o isolamento social as afastou de redes de apoio, como também as mantiveram mais próximas de seus agressores;
- População mais pobre é a mais atingida;
- Ataques do governo federal e intensificação dos problemas já existentes (como fome, sucateamento do SUS, desemprego, falta de serviços públicos);
- Inviabilidade da realização presencial do curso, que impactou na continuidade das articulações.
- Necessário maior fortalecimento da coordenação para dar conta das demandas, de forma a fortalecer mais as já formadas ao invés de estruturar novas formações;
- Fortalecimento das parcerias com organizações locais e diálogos com atores de outros territórios;
- Diminuição inicial de denúncias e percepção de aumento da violência;
- Necessidade de investir em informação: divulgação dos serviços da rede com cartaz informativo para veiculação virtual⁷ e discussão de ações efetivas no enfrentamento à violência.

IV. IMPACTOS E BENEFÍCIOS DA PARCECIA COM A THEMIS

A parceria da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos com a União de Mulheres de São Paulo resultou em impactos positivos relatados pelas coordenadoras dos distritos parceiros. Dentre os benefícios, destacam-se:

- Registro das atividades, ações e demandas, com maior percepção do que é feito;
- Maior comunicação e articulação para as mulheres que receberam benefício;
- Reflexões sobre o trabalho: necessidade de institucionalização/estruturação; que resultou na escrita de projetos para captação de recursos. PLPs de Pimentas foram contempladas com financiamento para seguir o trabalho de acompanhamento de mulheres via telefone (Disk Feminista).
- Estabelecimento de rede e contato com outros grupos;
- Compartilhamento de ações de enfrentamento a violência no contexto de pandemia.

V. APRENDIZADOS

Em relação aos aprendizados que as Promotoras Legais Populares tiveram com essa parceria, elas mencionam:

- Sentimento de gratidão e entusiasmo com os encontros virtuais, por permitir sair do isolamento emocional;
- Importância dos encaminhamentos para as mulheres atendidas;
- Aprendizados na comunicação, com o uso de plataformas virtuais, ferramentas digitais, equipamentos tecnológicos e introdução da alfabetização digital;
- Foco na aproximação, criação de vínculos (mesmo que virtuais) e fortalecimento de mulheres;

⁷ Materiais informativos em anexo (Anexo A).

- Compreensão da importância da institucionalização dos grupos para se situar melhor no contexto de terceiro setor;
- Esforço e compreensão da importância do registro das atividades, para formalização e percepção do que é realizado.

VI. SUGESTÕES DAS PLPs

Sugestões que as PLPs trouxeram:

- Incluir nos cursos de formação maneiras de como abordar melhor essas mulheres e qual a forma mais adequada de ajudá-las;
- Pensar em incentivar a criação de redes de apoio a mulheres em situação de violência usando as redes sociais, pois o contato através das redes foi bem sucedido nesse período de pandemia;
- Manter contato com as mulheres atendidas e seguir compartilhando informações;
- Investir em acompanhamento psicológico para as mulheres em função dos impactos da pandemia e do isolamento social;
- Abranger a periferia no trabalho das Promotoras Legais Populares;
- Criar site para registrar dificuldades encontradas nos acessos aos serviços públicos, para realizar denúncia;
- Transformar o benefício da recarga de celulares em uma política pública:

A ajuda que vocês estão proporcionando é maravilhosa. O poder público deveria atender outras mulheres. A situação financeira das famílias, continuará em dificuldades. Vai demorar, sem previsão.

Sugestão de uma das PLPs em transformar a ação da recarga de celular em política pública, em função dos benefícios que esta trouxe.

ANEXOS

I. ANEXO A: Alguns materiais de divulgação, informativos disponibilizados pelas PLPs.



Policia - 190
Disque denúncia violência contra a mulher - 180
Delegacia de Defesa da Mulher - Guarulhos
Rua Itaverava, 48 - Tel: (11) 2485-8524/
(11) 7459 1019 (a confirmar)
Patrulha Maria da Penha - 153 ou 2475 9442
Delegacia Pública do Estado de São Paulo
(11) 34220-9993
Promotoria de Justiça de Guarulhos
Rua Sete de Setembro, 138 - Centro -
Tel: (11) 4552-7661 (a confirmar)

ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da
Mulher, da Infância e da Juventude
Rua Vera, 60 - Jardim Santa Mena - Tel: (11) 2409-9518/
(11) 2408-6448
Casa das Rosas, Margaridas e Betes - Centro de
Referência em Atendimento à Mulher vítima de
violência doméstica
Rua Paulo José Barzani, 47 - Maceió -
Tel: (11) 2441-0019/ 2469-1001

A poster with a pink background. At the top, it says "Não permita que o vírus e a violência doméstica entrem no seu lar". Below this is a large purple ribbon graphic. The poster contains several sections of text and contact information.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Disque: 100
Disque Denúncia: 180
Polícia Militar: 190
Guarda Civil Municipal: 100
Poder Judiciário | Carta de Mulheres: tinyurl.com/cartademuheres
Defensoria Pública: www.defensoriapt.org.br
Ministério Público: (11) 3116-4000

BOLETIM DE CORRÊNCIA www.delegaciademeritana.policeacivil.sp.gov.br

SANTO ANDRÉ

Viven Maria - Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
Rua João Fernandes, 70 - Jardim
Telefone/WhatsApp: +55-21931 / +55-21932

Delegacia Defesa Mulher - 4425-2279
Rua Leite, 472 - Vila Santos

Hospital da Mulher - Violência Sexual - 4426-5000
Atendimento 24h às mulheres vítimas de violência sexual
Rua América do Sul, 200 - Parque Novo Oriente

Ministério Público de Santo André - 4422 - 2792
Praça IV Centenário, nº 3, sala 106 - Centro mpqa.mpa.br

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA MULHERES SANTO ANDRÉ/SP



25/11/2020

Mulher guarulhense, você não está sozinha!!!
Se precisar, nós iremos ajudar.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Entre em contato com nossa rede de apoio.

Contatos:

(11) 94947-2668	(11) 99177-2588
(11) 97091-8441	(11) 94637-1883
(11) 94148-3428	(11) 98155-2787
(11) 96742-2906	(11) 96663-3121
(11) 98483-8411	(11) 98569-0738

DISK FEMINISTA

Parceria:
União de Mulheres
A Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

ELEIÇÕES 2020

Ao escolher seus/suas candidatos(as) verifique se eles/elas realmente atuam em defesa dos direitos das mulheres e dos demais grupos da sociedade.

Essa é a nossa chance de escolher candidatos(as) que fortaleçam nossa luta contra o machismo, o racismo, a homofobia e a desigualdade de classes. Analisando se eles atuam e possuem propostas que atendam e defendam os direitos de toda a população.



PRINCÍPIOS PLPS

1. O compromisso com as lutas feministas e os conceitos básicos sobre o que são relações de gênero, raça e etnia e suas consequências para a vida das mulheres.
2. Entendemos por feminismo um movimento político, ideológico, pelo fim da opressão e subordinação histórica das mulheres.
3. O compromisso de atuar em defesa dos direitos e políticas públicas que eliminem a discriminação e a violência contra a mulher, construindo uma sociedade onde predominem a Paz e a Justiça Social.



Fonte: <https://plpsmaringa.wordpress.com/2016/06/01/mais-sobre-principios-do-projeto-plps/>



QUEM SOMOS?

Promotoras Legais Populares é um projeto desenvolvido há mais de 20 anos em várias regiões do Brasil, que visa estimular a participação política e cidadã das mulheres, a partir da educação popular em direitos das mulheres.



ESTOU NUM RELACIONAMENTO ABUSIVO?

Seu parceiro(a) controla ou tenta controlar o tipo de roupa que você usa?

SIM

NÃO

Controla onde você vai?

SIM

NÃO

Tem ciúmes excessivo?

SIM

NÃO

Já te ofendeu moralmente? Ou fez pressão psicológica?

SIM

NÃO

Ele(a) já te agrediu com ações ou palavras?

SIM

NÃO

Tenta isolar você de sua família ou amigos?

SIM

NÃO

Durante as brigas e discussões ele(a) parece ficar sem controle?

SIM

NÃO

Quando você tenta se separar, ele(a) não aceita, lhe persegue ou inibe, caso contrário você não será de mais ninguém?

SIM

NÃO

ESTE TESTE CONTÉM ALGUMAS CARACTERÍSTICAS COMUNS EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS. Mas lembre-se, há outros relatos que podem indicar que seu relacionamento não seja sólido. Muitas vezes esses sinais que podem te fazer sentir aliviada coloca-la em risco.

Sua relação tem traços abusivos.

Atente-se aos sinais, verifique como essa relação está te afetando, se é possível dialogar e melhorar a situação ou terminar a relação ou está em situação de risco. Em qualquer caso, peça ajuda, comunique-se com pessoas de confiança e profissionais. E em casos de emergência denuncie.

QUAISQUER DÚVIDAS ENTRE EM CONTATO COM NOSSA REDE DE APOIO

VOU PODE ESTAR EM RISCO.
PEÇA AJUDA

VOU PODE
ESTAR EM
RISCO.
PEÇA AJUDA

APARENTEMENTE, VOCÊ NÃO ESTÁ NUMA RELAÇÃO ABUSIVA

FONTE: SÃO PAULO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO; GUARULHOS, PREFEITURA DO MUNICÍPIO, CARTilha PREVENÇÃO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA FAMILIAR CONTRA AS MULHERES COM A CRITÉRIOS DE SAGRES DA FAMÍLIA, (S.S.) (ADAPTADA)



TIPOS DE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

VIOLENCIA FÍSICA

ENTENDIDA COMO QUALQUER AÇÃO QUE AFETE A INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER.

VIOLENCIA SEXUAL

TRATA-SE DE COAGIR OU FORÇAR A PRESENCIAR, A PARTICIPAR OU CONTINUAR UMA RELAÇÃO SEXUAL SEM CONSENTIMENTO.

VIOLENCIA PATRIMONIAL

QUALQUER CONDUTA QUE CONFIGURE RETENÇÃO, SUBTRAÇÃO OU DESTRUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE SEUS BENS E OBJETOS.

VIOLENCIA MORAL

ATITUDES COMO CALÚNIA, DIFAMAÇÃO OU INJÚRIA.

VIOLENCIA PSICOLÓGICA

CAUSADA POR AÇÕES QUE GERAM DANO EMOCIONAL E DIMINUIÇÃO DA AUTOESTIMA; PREJUDICAM O DESENVOLVIMENTO DA MULHER E CONTROLAM COMPORTAMENTOS, CRENÇAS E DECISÕES.



PROMOTORAS
LEITOS POPULARES
DOS PIMENTAS

FONTE: [HTTP://WWW.INSTITUTOMARIADEAPERNA.ORG.BR/LEI-10340-TIPOS-DE-VIOLENCIA.HTML](http://WWW.INSTITUTOMARIADEAPERNA.ORG.BR/LEI-10340-TIPOS-DE-VIOLENCIA.HTML)

CONTATOS:

DISQUE DE OUVIDORIA DOS DIREITOS HUMANOS: 100

CENTRO DE CIDADANIA LGBTI+ LAURA VERMONT
AVENIDA NORDESTINA, 496 – SÃO MIGUEL PAULISTA –
SÃO PAULO
TEL: (11) 2032-3737

CENTRO DE CIDADANIA LGBTI+ LUANA BARBOSA DOS REIS*
PRAÇA CENTENÁRIO, 43 – CASA VERDE – SÃO PAULO
TEL: (11) 3951-1090

CENTRO DE CIDADANIA LGBTI+ EDSON NERIS
RUA: CONDE DE ITU, 673 – SANTO AMARO – SÃO PAULO
TEL: (11) 5523-8413 / 5523-2772

CASA 1 - ACOLHIMENTO LGBTI+
RUA ADONIRAN BARBOSA 151, BELA VISTA –
SÃO PAULO
[HTTP://WWW.CASAUM.ORG/CONTATO/](http://WWW.CASAUM.ORG/CONTATO/)

- DEVIDO A PANDEMIA, OS ATENDIMENTOS ESTÃO SENDO FEITOS DE FORMA REMOTA, POR MEIO DO TELEFONE/WHATSAPP E SITE.

PROMOTORAS
LEITOS POPULARES
DOS PIMENTAS



Promotoras Legais Populares do
Distrito de Capuava/Fé - minina.
INFORMA:

O Centro Especializado de Enfrentamento à
Violência contra as Mulheres de Santo André -
VEM MARIA

Agora também atende por
whats app

salve no celular e compartilhe

4992 3410/4992 2936



BASTA DE VIOLÊNCIA!



Promotoras Legais do Distrito
de Capuava/Fé-minina
Informa:



**NOVO ENDEREÇO
DELEGACIA DE DEFESA
DA MULHER
Rua: Laura, 452 - Centro
Santo André
Atendimento de
Segunda a sexta-feira
dás 9 às 18hs.**

- II. ANEXO B:** Listas das pessoas que participaram do projeto de parceria entre Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e União de Mulheres de São Paulo.

1. PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO PAULO

MAUÁ

Helena Alves Pinto (Coordenação)
Angela Maria Vieira Rosa
Diana dos Santos Braga
Idineia Angela Bruno Ferreira
Iolanda Braga Carneiro
Marcia Maria Lima
Maria Rafaela Teixeira
Maria Santina da Silva
Marisa José Alves
Marlene Santiago
Vanderli Carvalho Monteiro

CAMPINAS

Ingrid Magalhães (Coordenação)
Bruna Evaristo de Souza
Clareth Maria Celestino da Silva
Edith de Almeida Santa
Maria Regina Teodoro
Suzy Santos

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Ivone Gomes Patriota Soares (Coordenação)
Luciana Vieira de Souza
Lucilene do Vale Moreira
Marisa Lima Vieira
Rosemeire Inácio dos Santos
Sandra Aparecida do Nascimento
Vanda Nunes Santana

DISTRITO CAPUAVA/SANTO ANDRÉ

Maria Cristina Pache Pechtoll (Coordenação)
Amanda Barbosa Loiola
Cecileide Barbosa do Nascimento Figueiredo
Geilma Pereira de Jesus
Josenilda Maria da Silva
Katiuscia da Cunha Martinez
Laita Nunes dos Santos
Marcela Barbosa de Loiola Servilha
Silvia Castiglioni
Marcia Helena Garcia

SÃO PAULO CAPITAL

Camila da Costa Meireles (Coordenação)
Aline Porcina Sobral
Carolina Paulo
Laura Veríssimo Rangel
Marileide Lopes
Marinete dos Santos Martins
Tânia Vitor de Lima
Eunice Higino Soares
Viviane Anália de Paula
Alcione Cristina Augusto de Oliveira

UNIÃO DE MULHERES

Maria José da Conceição (Coordenação)
Rosangela Duarte
Maria Marlene de Freitas
Audrey Santiago da Silva
Claudete de Oliveira Roschel
Ester Ferreira da Silva
Valdirene Natália de Souza Queiroz
Eliana de Fátima Carolino
Paula Bento D. Alves
Elaine Aparecida de Souza

PROLEG – PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SANTO ANDRÉ

Cássia Cristina Carlos (Coordenação)
Rayklaine Rios
Camila Alves da Silva
Nadir Maria de Jesus
Ivani Bueno
Solange de Oliveira Souza
Sabrina Maria Carlos da Silva
Simone Alves de Santana
Daniele Sampaio de Moura
Julia Gomes da Silva

PIMENTAS/GUARULHOS

Agnes Karoline de Farias Castro (Coordenação)
Janaina Gomes Bezerra (Coordenação)
Aline Delfino Martins Costa
Danila Cassiana Rodrigues de Souza
Rosângela Duarte
Andreia da Cruz Barbosa
Gilvana Alcantara Chagas
Letícia Figueiredo Sampaio
Maria Aparecida da Gama

Nadia Maria da Silva Lisboa

Sheila Ribeiro dos Santos

2. THEMIS - GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Márcia Soares (Diretora Executiva)

Jéssica Miranda Pinheiro (Coordenadora de Programas)

Renata Teixeira Jardim (Coordenadora de Programas)

Maria Guaneci de Avila (Assessora de Programas)

Leticia Balester (Assessora Administrativo)

Rafaela Caporal (Consultora)

Fernanda Pivato Tussi (Consultora)